



EDITAL Nº 004/2019

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2422/2019

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1) O PREFEITO MUNICIPAL DE GLORINHA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, comunica que a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 355/2019, receberá **até às 9h, do dia 25/11/2019,** na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, situada na Av. Dr. Pompílio Gomes Sobrinho nº 23.400, Centro, Glorinha/RS, propostas para contratação de empresa especializada para execução de **Projeto de Remediação de Área Degradada por disposição irregular de resíduos sólidos urbanos, mediante a utilização da técnica de fitorremediação**, conforme relatado no item 2 deste Edital.

2. OBJETO

2.1) O objeto deste Edital Tomada de Preços é a contratação de empresa especializada para execução de **Projeto de Remediação de Área Degradada** por disposição irregular de resíduos sólidos urbanos no antigo Aterro Municipal de Glorinha, mediante a **utilização da técnica de fitorremediação**, com o rodízio de cultivo de espécies vegetais fitoestabilizadores e fitoextratoras de metais pesados: Girassol (*Helianthus annuus L.*), família das *Compositae*, variedade *Rumbosol 91*; e Álamo Negro (*Populus nigra*), família das *Salicaceae.*, incluindo material e mão de obra, na forma de empreitada por preço global, conforme discriminado no Termo de Referência, Projeto Técnico e Quantitativos fornecidos pela Prefeitura.

2.2) Será realizada a **VISITA TÉCNICA** ao local de execução do projeto, devendo ser agendado o horário, previamente, junto à Secretaria Municipal de Governo e Habitação/Setor de Engenharia, sendo emitido Atestado de Visita Técnica, o qual poderá ser substituído por Declaração, conforme o disposto no subitem “VI” do item 8.1 do edital

2.2.1) A licitante que desejar realizar a visita técnica, deverá encaminhar o credenciamento de seu responsável técnico para realizar a visita, o qual deverá apresentar seu registro profissional, acompanhado do técnico da Prefeitura Municipal.

2.2.2) Será dada tolerância de 15 (quinze) minutos de atraso às licitantes, sendo que após este período deverá ser realizado novo agendamento

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1) Os recursos decorrentes deste instrumento são oriundos do Orçamento vigente, sob a seguinte classificação:

13.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

13.02 - UNIDADE DE MEIO AMBIENTE

1854100055.2.178.4490.51.00.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1) Em se tratando de licitação na modalidade de **Tomada de Preços**, **apenas poderão dela participar**, nos termos previstos no art. 22, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, os **interessados cadastrados** (ver item 5 deste Edital) ou os que atenderem às condições de cadastramento **até o terceiro dia anterior à data do recebimento da proposta**, observada a necessária qualificação;



4.2) As licitantes que não estejam cadastradas, poderão requerer, no prazo legal, o respectivo cadastramento, fazendo encaminhar ao Setor de Compras e Licitações, localizado no endereço citado no Preâmbulo, toda a documentação indicada no item 5 do presente Edital, **até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas**.

4.2.1) Será emitido o CRC de Fornecedor e Prestador de Serviço para o licitante, devendo este ser entregue junto aos demais documentos, no envelope **HABILITAÇÃO**.

4.3) Caso a Licitante já tenha cadastro junto à Prefeitura Municipal, cujos documentos e prazos expiraram ou foram alterados, deverá **providenciar a atualização do mesmo, no prazo estipulado no item 4.1;**

4.4) Não serão admitidas nesta licitação a participação de empresas:

I - Concordatárias ou com falência declarada, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

II - Suspensas temporariamente de participar em licitações e impedidas do direito de contratar com o Município;

III - Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, desde que perdurem os motivos determinantes da punição, e cujo ato tenha sido publicado na imprensa oficial;

IV - Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

V - Tenham como dirigente gerente, acionista, responsável técnico ou subcontratado do autor do projeto, ou ainda, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante responsável pela Licitação;

VI - Que, por qualquer motivo, se utilizem indevidamente do privilégio assegurado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, através da Lei Complementar 123/2006.

5. DOS DOCUMENTOS PARA CADASTRAMENTO E HABILITAÇÃO PARA A LICITAÇÃO

5.1) As licitantes que, nos moldes previstos no art. 35 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93, não estejam cadastradas e tiver interesse em participar do presente certame, deverão requerer, até o 3º (terceiro) dia anterior à data de recebimento das propostas, o respectivo cadastramento na linha de fornecimento de objeto desta licitação, devendo demonstrar, de forma inequívoca, que preenchem os requisitos relativos à sua habilitação jurídica, qualificação econômica e técnica e regularidade fiscal e trabalhista, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Registro Comercial no caso de **empresa individual**;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em se tratando de **sociedades comerciais**, e, no **caso sociedade por ações**, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) Decreto de autorização, em se tratando de **empresa ou sociedade estrangeira** em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

d) Declaração de que **não possui menor em seu quadro** funcional em trabalhos insalubres ou no turno da noite, devidamente assinada e carimbada pelo seu representante legal da proponente, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

II - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF)**;



- b) Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuintes do Município**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;
- c) Certidão de Regularidade de Pessoa Jurídica do **FGTS**;
- d) Certidão de Regularidade da **Fazenda Municipal** do Município da proponente;
- e) Certidão de Regularidade da **Fazenda Estadual**;
- f) Certidão de regularidade quanto aos **tributos e encargos sociais** administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à **Dívida Ativa da União** administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta de Regularidade);
- g) Certidão de Regularidade de **Débitos Trabalhistas** junto ao Tribunal Superior do Trabalho.

III - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) **Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social**, já exigidos e apresentáveis na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, podendo ser substituído por Escrituração Contábil Digital (ECD), através do SPED – Serviço Público de Escrituração Digital, conforme Instruções Normativas RFB nº. 787/07. A situação da empresa deverá ser comprovada através dos seguintes indicadores, que serão apresentados já calculados por profissional competente, será realizada com a aplicação da seguinte fórmula, e respectivos índices mínimos aceitáveis:

- 1) LC (índice de liquidez corrente), o qual será calculado como segue:

$$LC = \frac{AC}{PC}, \text{ onde:}$$

Somente será aceita para fins de habilitação a empresa proponente, quando o LC for igual ou superior a **1,0**.

- 2) LG (índice de liquidez geral), o qual será calculado como segue:

$$LG = \frac{(AC + ARLP)}{(PC + PELP)}, \text{ onde:}$$

Somente será aceita para fins de habilitação a empresa proponente, quando o LG for igual ou superior a **1,0**.

- 3) SG (solvência geral), o qual será calculado como segue:

$$SG = \frac{(AT - DA)}{(PC + PELP)}, \text{ onde:}$$

Somente será aceita para fins de habilitação a empresa proponente, quando o SG for igual ou superior a **1,30**.

Onde:

AC = Ativo circulante

PC = Passivo circulante

ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo

AT = Ativo Total

PELP = Passivo Exigível a Longo Prazo

DA = Despesas Antecipadas

Obs: utilizar no cálculo duas casas decimais.

- 4) Comprovação de **patrimônio líquido mínimo** da empresa **igual ou superior a 10%** do valor de referência do município para execução do serviço;

b) Certidão Negativa em matéria falimentar, concordatária, recuperação judicial e extrajudicial, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para apresentação do documento.



IV - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Certificado de **Registro da empresa na entidade de classe competente**, atualizado;

b) Prova de a licitante possuir no **quadro funcional permanente, profissional de nível superior detentor de atestado de responsabilidade técnica** por execução dos serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta licitação, da seguinte forma:

b.1) Em se tratando de **sócio da empresa**, por intermédio da apresentação de **cópia do contrato social**; no caso de **empregado**, mediante cópia da **Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)** ou do **Contrato de Trabalho por prazo indeterminado**; ou por intermédio da apresentação de **contrato de prestação de serviços** profissionais autônomo;

b.2) Cópia da **Carteira do profissional** expedida pela **entidade de classe competente**;

c) Comprovação de **aptidão técnica-operacional** através de atestado, **em nome da empresa**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de serviço similar ao objeto deste edital, satisfatoriamente, devidamente registrado na **entidade de classe competente**;

d) Comprovação de **aptidão técnica-profissional** através de atestado, **em nome do responsável técnico da empresa**, registrado na **entidade de classe competente**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que executou, satisfatoriamente, contrato com objeto similar com o ora licitado;

Observação: a prova de aptidão técnica da empresa e do responsável técnico pode se dar em um único documento.

5.2) Os documentos exigidos acima deverão ser apresentados **em original ou cópia autenticada nos serviços notariais e de registros ou por servidor do município**, sendo que os documentos poderão ainda ser extraídos de sistemas informatizados (internet), ficando sujeitos a verificação de sua autenticidade pela Administração.

6. DOS PRAZOS

6.1) Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento;

6.2) Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste item em dia de expediente da Prefeitura Municipal de Glorinha;

6.3) A execução dos serviços, objeto desta licitação, **deverá ser por 12 (doze) meses**, iniciada a contagem a partir do recebimento da Ordem de início dos serviços, podendo ser prorrogado, mediante justificativa, conforme prazo estabelecido no cronograma de execução dos serviços apresentados;

6.4) Para efeito de julgamento da habilitação e proposta serão considerados os prazos totais fixados pela licitante, contados em dias úteis;

6.5) Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de 05 (cinco) dias, convocará o vencedor para assinar o contrato, observando o subitem 11.1.1.1, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº. 8.666/93 (**modelo Anexo XIII**);

6.5.1) O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do prazo constante do item 6.5;

6.6) Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, ou então



revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação da pena de multa, no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor do contrato e mais a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo de 02 (dois) anos, conforme item 17 do presente edital.

7. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA FINANCEIRA

7.1) As empresas que desejam participar da licitação estarão condicionadas à apresentação de 02 (dois) envelopes indevassáveis e lacrados, numerados de 01 - HABILITAÇÃO e 02 - PROPOSTA, na seguinte forma:

I - ENVELOPE Nº 01 - HABILITAÇÃO

TERÁ, NA PARTE EXTERNA, AS SEGUINTE INDICAÇÕES:

- HABILITAÇÃO
- PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA
- **EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº. 004 /2019**
- NOME COMPLETO DA LICITANTE E CNPJ

II - ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA

TERÁ, NA PARTE EXTERNA, AS SEGUINTE INDICAÇÕES:

- PROPOSTA FINANCEIRA
- PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA
- **EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº. 004 /2019**
- NOME COMPLETO DA LICITANTE E CNPJ

7.2) Os documentos de quaisquer dos envelopes deverão ser apresentados em 01 (uma) via, em idioma português e não poderão conter rasuras ou entrelinhas em seu conteúdo;

7.3) Os documentos exigidos nos envelopes 01 - HABILITAÇÃO e 02 - PROPOSTA, deverão ser apresentados **em original ou cópia autenticada nos serviços notariais e de registros ou por servidor do município**, sendo que os documentos poderão ainda ser extraídos de sistemas informatizados (internet), ficando sujeitos a verificação de sua autenticidade pela Administração;

7.4) A proposta financeira será apresentada no envelope nº. 02 e deverá contemplar o PREÇO GLOBAL, conforme o objeto, em moeda corrente nacional, preferencialmente em papel timbrado do proponente, devidamente detalhada na planilha, carimbada e assinada pelo responsável técnico da proponente na forma especificada no item 8.2 deste Edital;

7.5) Não serão consideradas as propostas que deixem de atender, no todo ou em parte, qualquer das disposições deste Edital, bem como aquelas manifestamente inexequíveis, presumindo-se como tais as que contiverem preços vis ou excessivos, face aos preços correntes no mercado;

7.6) Não serão admitidas, sob quaisquer motivos, modificações ou substituições das propostas ou de quaisquer documentos, após entregues à Comissão de Licitação;

7.7) Nos preços propostos deverão ser computadas todas as despesas indispensáveis à realização do objeto, materiais de expediente, mão-de-obra, materiais, máquinas e equipamentos, taxas da ART/RRT/RT, encargos das leis sociais, trabalhistas, e quaisquer despesas acessórias e necessárias, não especificadas neste Edital, e relativas aos trabalhos objeto desta licitação;

7.7.1) Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para executar o projeto, sendo desconsiderado qualquer reivindicação de pagamento adicional quando devido a erro ou má interpretação por parte da licitante.

8. DOS ENVELOPES:

8.1) Envelope nº. 01 – HABILITAÇÃO:

O envelope nº. 01 indicará na parte externa as especificações discriminadas no item 7.1.I deste Edital e o no seu interior, deverá conter, para sua habilitação, a seguinte documentação:

I - Documento **credenciando o representante da proponente** para a licitação, quando o mesmo se fizer presente (**modelo Anexo I**);

II – **Certificado de Registro Cadastral – CRC** - emitido pela Prefeitura Municipal de



Glorinha atualizado, conforme item 4;

III - Prova de a licitante possuir no quadro funcional permanente, profissional de nível superior detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução dos serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta licitação, da seguinte forma:

III.1) Em se tratando de **sócio da empresa**, por intermédio da apresentação de **cópia do contrato social**; no caso de **empregado**, mediante cópia da **Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)** ou do **Contrato de Trabalho por prazo indeterminado**; ou por intermédio da apresentação de **contrato de prestação de serviços** profissionais autônomo;

III.2) Cópia da **Carteira do profissional** expedida pela **entidade de classe competente**;

IV - Atestado de Visita Técnica do local dos serviços, ou o licitante poderá apresentar, em substituição ao Atestado de Visita, **Declaração** de que conhece as condições do local e que tem pleno conhecimento dos elementos necessários à realização do objeto da presente licitação, devidamente assinado pelo responsável técnico da licitante (**modelos Anexos II e III**);

V - Declaração assinada por Diretor ou Representante Legal da Empresa de que é declarada IDÔNEA para licitar ou contratar com o Poder Público, nos termos do inciso IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, devidamente assinada e carimbada pelo representante legal da empresa (**modelo Anexo IV**);

VI - Declaração que não emprega menor de idade, salvo na condição de aprendiz (**modelo Anexo V**).

8.1.1) As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 34, da Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, no envelope de habilitação, **declaração** firmada por contador ou representante legal, ou qualquer outro documento oficial que comprove que se enquadra como beneficiária, além de todos os documentos previstos neste edital

8.1.2) A microempresa e a empresa de pequeno porte, que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar n.º 123/2006 e 147/2014, deverá apresentar, no envelope de habilitação, **declaração**, firmada por contador ou representante legal, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, além de todos os documentos previstos neste edital; (**modelo Anexo VI**)

8.1.3) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, que atender ao item 8.1.1 e 8.1.2, que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal**, previstos neste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em até **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame;

8.1.4) O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição;

8.1.5) O prazo de que trata o item 8.1.3 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo;

8.1.6) A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 8.1.5 implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.2) Envelope nº. 02 – PROPOSTA FINANCEIRA:



O envelope nº. 02 indicará na parte externa as especificações discriminadas no item 7.1.II deste Edital e o no seu interior, deverá conter, a seguinte documentação:

I - Planilha de proposta financeira do objeto desta Licitação, descrevendo a quantidade e a unidade dos materiais e mão-de-obra, com preço unitário, total e o valor global, sendo motivo de desclassificação a falta desta, devendo ser assinada pelo responsável técnico da licitante, cujo nome, título e registro na entidade de classe competente deverão constar de maneira legível e clara no documento (**modelo Anexo XI**);

II - Cronograma Físico-Financeiro, devendo estar assinado pelo responsável técnico da licitante, cujo nome, título e registro na entidade de classe competente, deverão constar de maneira legível e clara no documento;

III - Declaração, assinada por Diretor ou Representante Legal da Empresa, sob as penas da Lei, que por ocasião da contratação, disporá das instalações, dos veículos, dos equipamentos e do pessoal adequado e suficiente para a realização do objeto da licitação. (**modelo Anexo XII**)

Observação: Em caso de divergência entre os valores expressos em algarismos e por extenso, será levado em consideração o último e havendo divergência entre o valor unitário e valor global, prevalecerá o primeiro.

Observação: O prazo de **validade da proposta é de 60 (sessenta) dias** a contar da data apazada para a sua entrega.

8.2.1) Quaisquer tributos, custos ou despesas, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos no preço, não sendo considerados pleitos de acréscimos a qualquer título;

8.2.2) Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

9. DO JULGAMENTO

9.1) O preço base de referência para contratação, conforme previsto na Planilha Orçamentária é de **R\$ 52.875,45** (cinquenta e dois mil, oitocentos e setenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos) e todos os custos incidentes para a realização dos serviços objeto desta licitação.

9.2) A Licitação será processada e julgada pela Comissão Permanente de Licitações com observância ao previsto nos Arts. 43 e 44 da Lei Federal nº 8.666/93 e art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, observando, para julgamento, o critério de **Menor Preço Global**.

9.3) A abertura dos envelopes “Documentação” e “Proposta” será realizada sempre em sessão pública, lavrando-se ata circunstanciada, assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e pelos representantes legais das licitantes presentes;

9.4) Serão inabilitadas as licitantes que apresentarem sua documentação em desconformidade com este Edital, bem como serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital;

9.4.1) A Comissão Permanente de Licitação manterá em seu poder os envelopes “Propostas” das licitantes consideradas inabilitadas, devidamente fechados e rubricados, no fecho, pelos membros da Comissão e pelos representantes legais das licitantes presentes, os quais serão devolvidos, fechados, após o término do período recursal;

9.4.2) Os envelopes acima referidos ficarão sob a guarda da Comissão Permanente de Licitação pelo período de 20 (vinte) dias corridos, e findo este prazo, a Administração não terá mais qualquer responsabilidade sobre o seu teor;



9.5) Em caso de empate entre duas ou mais propostas, depois de obedecido ao disposto no § 2º do art. 3º da Lei Federal nº 8.666/1993, será utilizado o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todas as licitantes;

9.6) Ocorrendo o **empate ficto** previsto no § 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, será assegurada a preferência da microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, beneficiada pela Lei Federal nº 11.488/2007, em conformidade com os itens que seguem:

9.6.1) Entende-se como empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, sejam iguais ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor;

9.6.2) Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, detentora da proposta de menor valor, será convocada para apresentar, no prazo de 02 (dois) dias úteis, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora da licitação;

b) se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas e empresas de pequeno porte remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 9.6 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea “a” deste item.

9.7) Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa satisfizer as exigências do item 9.6.2 deste edital, será declarado vencedora a licitante detentora da proposta originariamente de menor valor;

9.8) O disposto no item 9.6 deste edital não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa;

9.9) No caso de **equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativa**, será realizado **sorteio** entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.10) Decairá do **direito de impugnar**, perante a Prefeitura os termos do edital de licitação, aquele licitante que, tendo-o aceito sem objeção, venha a apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso;

9.11) Se todas as habilitações/propostas forem desclassificadas, a Comissão de Licitações poderá fixar, aos licitantes, o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de outras, escoimadas das causas que originaram a inabilitação/desclassificação.

10. DOS RECURSOS

10.1) Em todas as fases da presente licitação, serão observadas as normas previstas nos incisos, alíneas e parágrafos do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93.

11. DAS GARANTIAS

11.1) A licitante deverá prestar uma das garantias previstas no Artigo 56, Parágrafo 1º da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, a saber:

I - Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

II - Seguro garantia;

III - Fiança bancária.

11.1.1) As garantias oferecidas serão de **5% (cinco por cento) do valor do Contrato**,



devendo a Contratada prestar a garantia **no prazo de 05 (cinco) dias após a assinatura do Contrato**, o qual deverá apresentar comprovante de uma das modalidades;

11.1.1.1) O município reserva-se o direito de não emitir a Ordem de Início dos Serviços enquanto a licitante vencedora não prestar a garantia, conforme item 11.1;

11.2) No caso de caução em dinheiro:

I - O valor depositado em caução será administrado pela Contratante e devolvido a Contratada, de acordo com a cláusula de atualização monetária;

I.1 – A Caução deverá ser em depósito identificado em conta específica da PMG mantida no BANRISUL, AGÊNCIA: 1160, CONTA CORRENTE: 04131065-06 NOME: PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA-RS – ARRECADAÇÃO Identificador 1: CNPJ DA LICITANTE e, Identificador 2: NOME DA LICITANTE;

II - A Contratante utilizará, a qualquer tempo, no todo ou em parte, o valor da garantia para cobrir os prejuízos eventualmente apurados, decorrentes do descumprimento de qualquer obrigação contratual, ou falha dos serviços ora contratados, inclusive os motivados por greves ou atos dolosos de seus empregados;

III - O valor atualizado da garantia deverá ser integralizado, num prazo de 30 (trinta) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores.

11.3) No caso de seguro garantia:

I - A Contratante deverá ser indicada como beneficiário do seguro-garantia;

II - Obriga-se a Contratada a apresentar a nova apólice, até 05 (cinco) dias úteis após o vencimento;

III - O descumprimento das obrigações previstas nos itens “I” e “II” constitui motivo para rescisão do contrato.

11.4) No caso de fiança bancária:

11.4.1) Deverão constar, do instrumento de fiança bancária, os seguintes requisitos:

I - Prazo de validade correspondente ao período de vigência do contrato;

II - Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário e principal pagador, fará o pagamento, a Contratante, dos prejuízos por este sofridos, em razão do descumprimento das obrigações da Contratada, independentemente de interpelação judicial;

III - Expressa renúncia do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos artigos 827, 828 e 838 do Código Civil;

IV - Cláusula que assegure a atualização do valor afiançado.

11.5) A garantia será liberada após o perfeito cumprimento de contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do Termo de Recebimento Definitivo do Objeto;

11.6) A perda da garantia em favor da Prefeitura Municipal de Glorinha por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial e sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, mediante o devido processo legal.

12. DA FISCALIZAÇÃO

12.1) A fiscalização do serviço será executada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, através do servidor Rodrigo Beck Saldanha - Engenheiro Ambiental, como titular e da Priscila Kiscporski - Bióloga como suplente.

12.2) A Administração exercerá ampla e contínua fiscalização, visando à execução da boa técnica o objeto, à proteção dos usuários dos serviços, sugerindo as providências para sanar possíveis lacunas ou falhas nos serviços executados, informando as sugestões ao CONTRATADO.



12.3) Comete, ainda à Fiscalização:

- a) Exigir fiel cumprimento do Contrato e seus aditivos pelo(a) CONTRATADO(A);
- b) solicitar o assessoramento técnico, caso necessário;
- c) Verificar e atestar as medições e encaminhá-las para aprovação da SMMAIC;
- d) Zelar pela fiel execução do objeto e pleno atendimento às especificações explícitas ou implícitas;
- e) Controlar a qualidade e quantidade dos materiais utilizados e dos serviços executados, rejeitando aqueles julgados não satisfatórios;
- f) Assistir o(a) CONTRATADO(A) na escolha dos métodos executivos mais adequados;
- g) Exigir do(a) CONTRATADO(A) a modificação de técnicas inadequadas, para melhor qualidade na execução do objeto licitado;
- h) Rever, quando necessário, o projeto e as especificações técnicas, adaptando-as a retenções específicas;
- i) Dirimir as eventuais omissões e discrepâncias dos desenhos e especificações;
- j) Anotar em expediente próprio as irregularidades encontradas, as providências que determinou os incidentes verificados e o resultado dessas medidas;
- k) Estabelecer diretrizes, dar e receber informações sobre a execução do Contrato;
- l) Determinar a paralisação da execução do Contrato quando, objetivamente, constatada uma irregularidade que precisa ser sanada, agindo com firmeza e prontidão;
- m) Conhecer detalhadamente o Contrato e as cláusulas nele estabelecidas;
- n) Levar ao conhecimento dos seus superiores aquilo que ultrapassar às suas possibilidades de correção.
- o) Indicar ao gestor que efetue glosas de medição por serviço mal executado ou não executados e sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento das obrigações;
- p) Confirmar a medição/parcela dos serviços efetivamente realizados, dos cronogramas de execução do objeto contratado.

13. DO PAGAMENTO

13.1) A Contratada deverá, até o 5º dia útil, da expedição do Boletim de Medição, emitir e apresentar à Contratante a Nota Fiscal/Fatura, da qual constem discriminadamente, por itens e detalhes, todos os serviços executados de acordo com o cronograma físico-financeiro e conforme o respectivo Boletim de Medição expedido pela fiscalização Técnica da Prefeitura;

13.2) O pagamento será efetuado por meio depósito bancário, com base na aprovação dos Boletins de Medições emitido pelo fiscal, mediante a apresentação das CNDs de: Certidão de Regularidade de Pessoa Jurídica do FGTS; Certidão de Regularidade da Fazenda Municipal do Município da proponente; Certidão de Regularidade da Fazenda Estadual; Certidão de Regularidade Conjunta de Débitos relativa aos tributos Federais, Regularidade Social e à Dívida Ativa da União; Certidão de Regularidade de débitos trabalhistas junto ao Tribunal Superior do Trabalho (CNDT);

13.2.1) A comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, se dará pela apresentação de cópia da folha de pagamento com comprovação de pagamento do salário, bem como cópia do registro de ponto de todos os envolvidos diretamente na execução da obra, referente ao mês imediatamente anterior da realização do serviço;

13.2.2) A comprovação previdenciária, social e tributária referente ao Contrato, se dará através da apresentação de cópias das guias de recolhimento do INSS e do FGTS do



pessoal envolvido diretamente na execução da obra, referente ao mês imediatamente anterior ao da realização do serviço.

13.3) Cópia da ART/RRT/RT do(s) responsável(eis) técnico(s) pela execução da obra (apenas na 1ª. medição);

13.4) A Empresa vencedora deverá informar uma conta bancária única para o recebimento dos pagamentos, sendo que qualquer alteração deverá ser informada à Secretaria Municipal da Fazenda da Prefeitura Municipal de Glorinha no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

13.5) Os pagamentos serão concretizados na moeda vigente no País, sendo processadas as retenções necessárias;

14. DAS MEDIÇÕES

14.1) As medições das obras e serviços estarão vinculadas ao cronograma físico-financeiro;

14.2) A cada alteração contratual, por acréscimo ou diminuição do objeto, valor ou prazo do contrato, será acordado novo cronograma para serviços a se realizarem, com prevalência do interesse da Prefeitura Municipal de Glorinha;

14.3) A programação financeira será sistematicamente atualizada e será passível de reformulação quando fatores supervenientes o justificarem a exclusivo critério da Prefeitura Municipal de Glorinha, estabelecendo-se, desta forma, nova programação para efeito de pagamento das medições de serviços;

14.4) As medições serão processadas independentemente de solicitação da contratada, com a seguinte periodicidade:

I - A primeira será realizada em até 30 (trinta) dias contados do recebimento da Ordem de Início de Serviços;

II - As subsequentes, suceder-se-ão a cada período de 30 (trinta) dias, a partir da data do término da medição anterior, exceto a medição final, que poderá abranger menor período, por se tratar da última fase da execução do objeto do contrato.

14.5) O processo das medições obedecerá a seguinte sistemática:

I - Tudo que for realizado, sob as condições contratuais, será apontado de acordo com os critérios de medição, no Boletim de Medição, que deverá ser assinado pelo técnico da Prefeitura Municipal, juntamente com o preposto habilitado da Contratada;

II - Processada a medição será feita à Contratada a comunicação por escrito do valor apurado por meio de Boletim de Medição;

III - A contratada somente poderá emitir fatura após a emissão pela Contratante do respectivo Boletim de Medição.

14.6) Para obtenção do valor de cada medição será assim procedido:

I - Para os preços pertencentes à proposta e para os incorporados eventualmente no decurso do contrato:

a) multiplicam-se as quantidades medidas pelos respectivos preços unitários;

b) corresponderá ao valor da respectiva medição o somatório dos produtos finais obtidos nos termos da alínea anterior.

14.7) Na medição final deverá ser anexado um cadastro técnico dos serviços realizados com todos detalhes e especificações.

15. DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÃO

15.1) A empresa se obriga:



I - a substituir, no prazo máximo de 03 (três) dias, pessoa ou empregado cuja permanência no local da execução do objeto da licitação seja de sua responsabilidade e esteja prejudicando o bom andamento dos trabalhos;

II - a refazer às suas expensas, quaisquer obras e serviços executados em desobediência às Normas Técnicas vigentes;

III - remover, após a conclusão dos trabalhos, entulhos, restos de materiais e lixos de qualquer natureza, provenientes da obra ou serviço objeto da presente licitação;

IV - a cumprir e fazer cumprir todas as Normas Regulamentadoras sobre Medicina e Segurança do Trabalho;

V - apresentar a ART/RRT/RT paga referente a execução do serviço;

VI - promover a sinalização obrigatória, bem como o isolamento no local da obra;

VII - colocar no local de execução da obra, placa indicativa de serviço, onde terá os dados da mesma;

VIII - manter preposto no local do serviço, para prover o que disser respeito à regular execução dos serviços;

IX - atender as determinações e exigências formuladas pela CONTRATANTE;

X - se responsabilizar, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços, até a sua entrega perfeitamente concluída;

XI - obedecer às normas trabalhistas vigentes, contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que concerne à despesa da contratação com vínculo empregatício do pessoal a ser empregado na execução dos serviços, englobando todas e quaisquer despesas decorrentes da execução dos contratos de trabalho em razão de horário, condição ou demais peculiaridades;

XII - prevenir acidentes de quaisquer natureza com as máquinas, equipamentos, aparelhagem e empregados, seus ou de terceiros, na execução dos serviços ou em decorrência deles, devendo a CONTRATADA obedecer fielmente as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho.

XIII – apresentar no prazo de até 01 (um) dia útil anterior ao início da execução dos serviços, relação contendo o nome completo, função e número do RG, do pessoal envolvido na execução do serviço, devendo manter a listagem permanentemente atualizada, até a conclusão total do serviço.

XIV - manter constante e permanentemente vigilância sobre os serviços executados, bem como sobre os equipamentos e materiais, cabendo-lhe total responsabilidade por quaisquer perdas e danos, que eventualmente venham a ocorrer até a Aceitação Definitiva do Objeto.

15.2) Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

15.3) Durante a execução do presente contrato, a Contratada responderá por si e seus prepostos por toda e qualquer ação civil ou criminal especialmente por danos morais, pessoais, materiais causados a terceiros, inclusive a seus empregados.

16. DAS PENALIDADES

16.1) A recusa injusta da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Prefeitura caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades constantes neste Edital;



16.2) Será aplicada multa de 0,15% (zero vírgula quinze por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor do objeto contratual não realizado, quando a contratada, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida;

16.3) A multa a que alude o subitem anterior não impede que a Prefeitura rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas neste Edital;

16.4) A multa será cobrada administrativamente ou, quando for o caso, cobrada judicialmente;

16.5) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a administração municipal poderá, garantida prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I – Advertência;

II - Multa, na forma prevista neste instrumento;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o órgão ou entidade promotora da licitação, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.6) A sanção estabelecida no inciso IV do subitem 16.5 é da alçada da autoridade competente, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista;

16.7) Será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, quando a licitante vencedora:

I - Recusar-se a assinar o contrato, estando sua proposta dentro do prazo de validade;

II - Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévia autorização da Contratante;

III - Executar o objeto contratual em desacordo com as normas técnicas ou especificações, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias, às suas expensas;

IV - Desatender às determinações da fiscalização;

V - Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais ou municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração;

VI - Cometer faltas reiteradas na execução do objeto contratual.

16.8) Será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, quando a licitante:

I - Ocasionar, sem justa causa, atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto contratual;

II - Recusar-se a executar, sem justa causa, no todo ou em parte o objeto contratual;

III - Praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar dano à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada de reparar os danos causados.

16.9) As sanções previstas nos incisos III e IV do subitem 16.5 poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pela Lei Federal nº. 8666/93:

I - Praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - Praticarem atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.



17. DO REAJUSTAMENTO

17.1) Os preços poderão ser reajustados após o decurso de prazo superior 12 (doze) meses entre a data da apresentação da proposta e a conclusão do contrato, será reajustado pelo IGPM/FGV acumulado no período.

17.1.1) Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.2) Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preço do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18. DA POSSÍVEL FRAUDE À LICITAÇÃO

18.1) A constatação, no curso da presente licitação, de condutas ou procedimentos que impliquem em atos contrários ao alcance dos fins nela objetivados, ensejará a formulação de imediata representação ao MINISTÉRIO PÚBLICO para que sejam adotadas as providências tendentes à apuração dos fatos e instauração do competente procedimento criminal, sem prejuízo da abertura de processo administrativo especial para os fins estabelecidos no art. 88, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

19. DO FORO

19.1) Fica eleito Foro da Comarca de Gravataí para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente licitação.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1) As licitantes que tiverem eventuais dúvidas de caráter legal ou técnico na interpretação dos termos deste Edital, serão atendidas durante o expediente da Prefeitura Municipal de Glorinha, no Setor de Compras e Licitações, no endereço exposto no item 1, ou pelo telefone (51) 3487-1020, ramais 211 e 220, no horário das 8h às 12h e das 13h às 17h, ou pelo e-mail: editais@glorinha.rs.gov.br;

20.2) Os projetos, memoriais, planilha orçamentária e cronograma encontram-se disponibilizados, juntamente com o edital, no link www.glorinha.rs.gov.br/gov/category/compras-publicas/tomada-de-preco ;

20.2.1) O licitante que desejar, poderá retirar os referidos arquivos pessoalmente no Setor de Compras e Licitações, localizado no endereço do preâmbulo deste edital, devendo estar munido de um CD, DVD, Pen Drive ou HD Externo;

20.3) Os envelopes entregues em mãos, e/ou enviados via CORREIO ou TRANSPORTADORA, deverão ser remetidos com antecedência e aos cuidados do "SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES", caso contrário, não nos responsabilizaremos por envelopes que não cheguem em tempo hábil às mãos da Comissão de Licitações ou do Setor de Compras e Licitações;

20.4) Só terão direito a usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e contrato, os licitantes ou seus representantes credenciados e os membros da Comissão de Licitação;

20.5) Não serão lançadas em ata consignações que versarem sobre matéria objeto de recurso próprio, como por exemplo, sobre os documentos de habilitação e proposta financeira (art. 109, inciso I, a e b, da Lei Federal nº 8.666/93);

20.6) Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos a habilitação, não serão admitidos à licitação os participantes retardatários;

20.7) A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

20.8) Reserva-se à Comissão o direito de solicitar, em qualquer época ou oportunidade, informações complementares;

20.9) Não havendo expediente na data fixada no item 1.1, a reunião será realizada no primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora, salvo motivo de força maior ou qualquer outro fator ou fato imprevisível;

20.10) A Administração reserva-se ao direito de anular ou revogar, a presente TOMADA DE PREÇOS a qualquer tempo, desde que ocorrentes as hipóteses de ilegalidade ou interesse público, fundamentados conforme prescrição contida no Art. 49, da Lei Federal nº 8.666/93, dando ciência aos interessados mediante a afixação do comunicado no Átrio de Publicações Oficiais;

20.11) Faz parte integrante deste Edital:

- Anexo I – Modelo de Credenciamento;
- Anexo II – Modelo de Atestado de Visita no Local da Obra;
- Anexo III – Modelo de Declaração de conhecimento do Local da Obra;
- Anexo IV – Modelo de Declaração de Idoneidade;
- Anexo V – Modelo de Declaração que não Emprega Menor;
- Anexo VI – Modelo de Declaração de Enquadramento na Lei Complementar nº 123/2006;
- Anexo VII – Modelo de Declaração de Recusa ao Prazo de Recurso;
- Anexo VIII – Termo de Referência e Projeto Técnico;
- Anexo IX – Orçamento de Referência;
- Anexo X – Cronograma Físico-Financeiro;
- Anexo XI – Modelo de Proposta Financeira;
- Anexo XII – Modelo de Declaração de Disponibilidade de Equipamentos, Pessoal...
- Anexo XIII - Minuta do Contrato.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA/RS, em 07 de novembro de 2019.

Darci José Lima da Rosa
Prefeito Municipal

*Este edital foi devidamente examinado e
aprovado por esta Assessoria Jurídica.*

Em ____/____/20____

Assessoria Jurídica



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2019

ANEXO I

**MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO
(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)**

ASSUNTO: TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2019

DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE

O abaixo assinado, inscrito no CPF/MF sob o nº _____ e RG nº _____ expedido pela _____, na qualidade de responsável legal pela empresa _____, vem pela presente informar a V.Sa. que o Sr. _____, inscrito no CPF/MF sob nº _____ e RG nº _____, expedido pela _____ é pessoa designada por nós para acompanhar a Sessão de Abertura dos Envelopes da Documentação da Habilitação e da Proposta Financeira, bem como assinar as Atas e demais documentos dela decorrentes a que se referir a LICITAÇÃO em epígrafe, podendo inclusive abrir mão do prazo recursal.

Local e data.

(Nome e assinatura do responsável pela PROPONENTE)
(Nome e assinatura do representante).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2019

ANEXO II

**MODELO ATESTADO DE VISITA AO LOCAL DO SERVIÇO
(PAPEL TIMBRADO MUNICIPAL)**

ATESTAMOS, para os devidos fins, que a empresa _____, CNPJ nº _____, representada pelo responsável técnico, o(a) Sr (a) _____ REGISTRO nº _____, esteve nesta data, em visita ao local do serviço, conforme **Tomada de Preços nº. 004/2019**, neste Município.

Local e data.

Assinatura e Carimbo do responsável (Município)

Assinatura do Responsável técnico pela visita



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2019

ANEXO III

**MODELO DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL DO SERVIÇO
(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)**

DECLARAÇÃO

DECLARO, sob as penas da lei, para fins da **Tomada de Preços nº. 004/2019**, que a empresa ____, CNPJ nº _____ conhece as condições do local e que tem pleno conhecimento dos elementos necessários à realização do objeto da presente licitação.

Local e data.

Assinatura do responsável técnico
(Identificação da Assinatura e Carimbo do CNPJ)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2019

ANEXO IV

**MODELO DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA LICITAR
(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)**

DECLARAÇÃO

DECLARO, sob as penas da lei, para fins da **Tomada de Preços nº. 004/2019**, que a empresa _____, CNPJ nº _____ é declarada IDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV do Artigo 87 da Lei Federal nº 8666/93, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos da habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômica-financeira.

Local e data.

Assinatura do Sócio-Gerente.
(Identificação da Assinatura e carimbo do CNPJ)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2019

ANEXO V

**MODELO DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE,
SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ
(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)**

ASSUNTO: TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2019

_____, inscrita no CNPJ sob nº
____.____.____/____-____, por intermédio de seu representante legal, Sr (a)
_____, portador da Carteira de Identidade nº
_____ Órgão expedidor _____ e do C.P.F nº
_____, **DECLARA**, para fins de cumprimento do disposto no
inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos
em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()
(assinalar com “x” a ressalva acima, caso verdadeira)

Local e Data.

(Representante legal com nome e cargo)

(Carimbo do CNPJ)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2019

ANEXO VI

**MODELO DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO
NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006**

ASSUNTO: TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2019

Para fins do disposto neste Edital, declaro, sob as penas da lei, que a licitante _____, CNPJ nº _____, cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa estabelecido pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nessa Lei Complementar.

Declaro, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, e que se compromete a promover a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, caso seja declarada vencedora do certame.

Local e Data,

Representante Legal ou Procurador do Licitante (nome e assinatura)

ou

Contador da Licitante (nome, assinatura e nº CRC)

**DIREITO: Esta declaração deverá estar DENTRO DO ENVELOPE Nº 01 -
DOCUMENTAÇÃO**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2019

ANEXO VII

**MODELO DECLARAÇÃO DE RECUSA AO PRAZO DE RECURSO
(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)**

_____ empresa situada _____,
inscrita no CNPJ _____, por intermédio de seu representante legal Sr (a)
_____, portador (a) do RG nº _____
e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, para fins de
participação no processo licitatório **Tomada de Preço 004/2019**, que não pretende
recorrer da decisão da Comissão Permanente de Licitações quanto ao julgamento da fase
de habilitação. Renuncia, assim, expressamente, ao direito de recurso e ao prazo
recursal, caso seja declarada habilitada.

Local e data.

(Representante legal com nome e cargo)
(Carimbo do CNPJ)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2019

ANEXO VIII

TERMO DE REFERÊNCIA

FITORREMDIAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA PELA DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS – ANTIGO LIXÃO DE GLORINHA

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada na operação, manutenção, monitoramento e remediação de área degradada por disposição irregular de resíduos sólidos urbanos no antigo Aterro Municipal de Glorinha, mediante utilização da técnica de fitorremediação, com rodízio de cultivo de espécies vegetais fitoestabilizadoras e fitoextratoras de metais pesados: Girassol (*Helianthus annuus* L.), família das Compositae, variedade Rumbosol 91; e Álamo Negro (*Populus nigra*), família das Salicaceae, – Conforme Projeto (Processo Administrativo Nº217/2019) e Licença de Operação FEPAM Nº 5425/2018. A área degradada possui uma extensão territorial de aproximadamente, 24.0000m², e está situada no Beco dos Castorinos, S/N, Bairro Rincão São João no Município de Glorinha.

Deverá ser realizado todos os serviços necessários para o cumprimento das condicionantes e restrições estabelecidas em licença ambiental de operação, bem como o atendimento às normas técnicas manutenção dos equipamentos a serem utilizados, completa manutenção do aterro e seu monitoramento, dispendo de mão de obra especializada, responsáveis técnicos, atendendo a todas as legislações vigentes, para o cumprimento e obtenção das renovação das licenças necessárias a nível municipal, estadual e federal.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 A área do antigo aterro municipal do município de Glorinha, sofreu anos com a deposição de resíduos sólidos urbanos de diferentes naturezas entre os anos de 1996 e 2005. Em 2005 foi considerado irregular e firmado um Termo de Compromisso Ambiental entre o Município de Glorinha e o Ministério Público Estadual, com vistas ao encerramento definitivo e recuperação da área.

Com a ação de intempéries ao decorrer dos anos somado a uma falta de infraestrutura adequada, ocorreu a degradação desses materiais e geração de lixiviados, acarretando, conseqüentemente, na contaminação das águas subterrâneas e do solo do local.

3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS

3.1 A empresa Contratada deverá proceder à Operação Geral da Manutenção e Remediação de Área Degradada do Aterro, com fornecimento de Responsáveis técnicos, mão-de-obra especializada, equipamentos, máquinas e veículos necessários;

3.2 As execuções dos serviços contratados deverão ocorrer conforme o Projeto inicial e LO nº 05425 / 2018 (documentos em anexo), e legislação vigente, atendendo todos itens constantes nestes, e se necessário, todos os serviços de engenharia para o atendimento desses. O monitoramento das águas superficiais, subterrâneas e fauna (item 5 L.O nº 05425/2018) estão excluídas para os serviços a serem prestados).

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

4.1 Após interpretação dos resultados obtidos na análise investigatória e confirmatória, ficou constatado que o principal contaminante presente na área, decorrente da decomposição dos resíduos sólidos presentes, é o elemento Cádmo (Cd). Esse metal pesado foi observado nas amostragens de águas subterrâneas dos pontos codificados como P2, P3 e P4. O projeto propõe a utilização de duas espécies para fitorremediar a área. Uma será usada como



fitoextratora do elemento Cd e outros metais pesados do solo impactado. No caso será utilizado o plantio do Girassol (*Helianthus annuus L.*) na área impactada. A outra espécie a ser empregada será como uma barreira hidráulica no solo, diminuindo o fluxo da água subterrânea e deslocando os contaminantes até as folhas (copa foliar). No caso será utilizado o plantio do Álamo Negro (*Populus nigra*).

4.2 A semeadura deve realizar eficientemente as seguintes operações: I) distribuir uniformemente a semente no sulco de semeadura, II) colocar a semente à profundidade estabelecida e mantê-la constantemente durante todo o processo de semeadura, III) depositar a semente em fundo de sulco compactado lateralmente e em profundidade, IV) cobrir a semente com uma fina capa de terra úmida e levemente compactada para que haja rápida hidratação, V) construir um camaleão com terra solta sobre a linha de semeadura em forma de “V” invertido para impedir um encrostamento sobre a linha.

4.3 O espaçamento entre linhas mais indicado para a cultura do girassol é de 70 cm. Contudo, a distância entre linhas pode variar de 50 a 90 cm, em função da semeadora e da colhedora. Sugere-se trabalhar com distâncias entre linhas de até 0,8m quando forem empregadas plataformas de milho adaptadas para a colheita de girassol e, de até 0,5m entre linhas, quando forem empregadas plataformas de soja ou trigo adaptadas.

4.4 Os principais métodos de controle para lagartas, besouros e percevejos são inseticidas (fosforados, piretróides, carbamatos), assim como reguladores de crescimento e controle biológico (*Bacillus thuringiensis*), este último principalmente para lagartas. A aplicação deve ser feita no período da tarde, pois geralmente durante o período da manhã a planta recebe um maior número de visita dos seus polinizadores e a morte destes pode causar queda na produção. Além disso deve-se atentar para não eliminar os inimigos naturais das pragas.

4.5 A colheita deve ser feita no período que compreende entre 70 e 90 dias após o plantio, e rodízio realizado nos mesmos moldes conforme descrito no projeto.

4.6 Após o plantio e desenvolvimento das espécies vegetais de Girassol e Álamo Negro, deverá ser realizada a análise da massa foliar das mesmas para comprovação ou não da ocorrência da extração de metais pesados no solo, com periodicidade conforme projeto inicial (anexo). A concentração dos contaminantes será decisivo para determinar os próximos passos. Caso seja comprovada que está ocorrendo a fitorremediação do local o sistema será mantido, com o rodízio do cultivo de Girassol. Em caso de não ocorrer a fitoextração, outras plantas deverão ser plantadas, conforme espécies descritas no Quadro 2, do Projeto (anexo). Deve-se verificar a periculosidade da massa foliar colhida para o seu descarte, ficando a contratada responsável pela disposição correta deste resíduo.

4.7 Relatório interpretativo sobre os resultados obtidos da massa foliar referente à sua aplicação e eficiência na contenção/absorção de contaminantes analisados.

4.8 A execução do projeto se dará conforme descrição das etapas constantes no quadro a seguir:

Implantação e manutenção das mudas Fitorremediadoras, com base no Projeto em anexo, em área degradada por disposição irregular de resíduos sólidos, com extensão territorial de aproximadamente 24.000,00 m², pelo período de 1 (um) ano.	
Espaçamento 3,0m x 3,0 m = 1.111 mudas/hectare.	
ATIVIDADE	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS
1. Preparo do solo.	1.1 Subsolagem
	1.2 Gradagem
	1.3 Aplicação mudas
	1.4 Marcação linhas do plantio
2. Plantio das mudas. (coveamento, plantio).	2.1 Plantio das mudas
	2.2 Tutoramento



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

	2.3 Confeção de estacas
	2.4 Estaqueamento / tutoramento
	2.5 Controle pega
3. Manutenção. (adubação, capinas, replante, controle formigas)	3.1 Operações de conferencia de cobertura.
	3.2 Operações de capinas de coroamento
	3.3 Operações de roçadas linhas
	3.4 Operações roçadas tratorizadas entrelinhas
	3.5 Controle de desenvolvimento
	3.6 Replatio das mudas mortas
ATIVIDADE	ESPECIFICAÇÃO INSUMOS
4. Insumos	4.1 Adubo químico (por muda) (100g após plantio + 200g manutenção)
	4.2 Adubo orgânico (por muda) 1,0kg no plantio
	4.3 Formicida Liquido(02 aplicações) 20 ml/hectare de Fipronil = 40ml
	4.4 Formicida isca granulada 4kg/ano/hectare
	4.5 Dessecante químico (2 aplicações) 1 aplicação 2lts/hectare + 1 aplicação 1lt/há =3,0lts
	4.6 Combustível roçadeira costal (5 roçadas)
	4.7 EPI's
	4.8 Mudas Fitorremediadoras (1.111mudas/hectares)
	4.9 Mudas replatio (30%)
ATIVIDADE	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS
5. Gestão do Projeto, assistência técnica e Educação Ambiental.	5.1 Coleta de amostras, envio para laboratório, análise e interpretação dos resultados.
	5.2 Atividades de gestão
	5.3 Reuniões
	5.4 Acompanhamento dos plantios e monitoramento
	5.5 Produção de relatórios semestrais

4.9 Os serviços deverão ser prestados de acordo com as especificações contidas neste TERMO DE REFERÊNCIA e com base no PROJETO ANEXO e na LO nº 05425 / 2018 (partes integrantes deste documento).

4.10 Fica a contratada responsável pela destinação final de todo e qualquer tipo de resíduo gerado pelo processo e execução do serviço, devendo apresentar comprovação da



destinação final de qualquer resíduo que possa ter sido gerado no decorrer do processo de execução.

5. DOS VALORES ESTIMADOS CONFORME COTAÇÃO

5.1 Valor médio baseado em cotações realizadas junto a empresas especializadas:

Execução do Projeto de Fitorremediação de Área Degradada por Disposição de Resíduos Sólidos – Antigo Aterro Municipal de Glorinha. (Conforme LO nº 05425/2018).	R\$ 52.875,45
--	----------------------

6. DA FISCALIZAÇÃO

6.1 A fiscalização do cumprimento do avençado será realizada pelo servidor Rodrigo Beck Saldanha, Engenheiro Ambiental da SMAAIC;

6.2 A Fiscalização exercerá rigoroso controle em relação á qualidade dos serviços prestados e cumprimento da Licença de Operação Vigente e Projeto.

6.3 A Contratada deverá permitir o livre e pronto acesso da fiscalização do Contratante às suas instalações físicas e todas e quaisquer fontes de informação referentes ao serviço por ela prestado, sempre que solicitado de forma imediata;

6.4 O contratante tem a obrigação de efetuar o(s) pagamento(s) à contratada nos termos e condições do Edital de Licitação;

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 São obrigações da contratada:

7.2 Prestar o(s) serviço(s) nos termos deste Termo de Referência;

7.3 Não deve embaraçar as atividades fiscalizatórias do Município;

7.4 Serão suportadas, exclusivamente pela contratada, todas as despesas relativas a débitos fiscais, trabalhistas, seus reflexos, encargos sociais, previdenciários, comerciais e seguros, resultantes da execução do contrato;

7.5 Não haverá qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária do Contratante (Município de Glorinha) pelas despesas indicadas nesta licitação;

7.6 O Contratante estará isento de qualquer vínculo empregatício com os funcionários da Contratada, sendo esta a responsável exclusiva por todos os débitos trabalhistas (salários, encargos sociais e previdenciários);

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 Esclarecimentos relativos ao presente TERMO DE REFERÊNCIA e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados quando solicitados, pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente Industria e Comércio - SMMAIC.

8.2 A Contratada na vigência do contrato será a única responsável perante terceiros pelos atos praticados pelo seu pessoal, pelo uso de material, eximindo a Municipalidade de quaisquer reclamações e indenizações;

***EM ARQUIVO DIGITAL ESTÁ DISPONÍVEL O PROJETO TÉCNICO.**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2019

ANEXO IX

ORÇAMENTO GLOBAL DE REFERÊNCIA

OBJETO	VALOR GLOBAL
Execução do Projeto de Fitorremediação de Área Degradada por Disposição de Resíduos Sólidos – Antigo Aterro Municipal de Glorinha. (Conforme LO nº 05425/2018).	R\$ 52.875,45



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2019

ANEXO X

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DE EXECUÇÃO		
ATIVIDADE	EXECUÇÃO DE TODAS AS ETAPAS DO PRIMEIRO SEMESTRE	EXECUÇÃO DE TODAS AS ETAPAS DO SEGUNDO SEMESTRE
Mobilização e preparação do solo para plantio	50%	50%
Plantio das mudas		
Monitoramento do desenvolvimento das mudas		
Colheita do Girassol		
Coleta de amostras e envio para laboratórios credenciados		
Laudo conclusivo		
Replanteio		



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2019

ANEXO XI

**MODELO DE PROPOSTA FINANCEIRA
(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)**

A

**Presidente da Comissão Permanente de Licitações
Glorinha/RS**

Apresentamos abaixo nossa proposta para contratação de empresa especializada **Projeto de Remediação de Área Degradada** por disposição irregular de resíduos sólidos urbanos no antigo Aterro Municipal de Glorinha, mediante a **utilização da técnica de fitorremediação**, com o rodízio de cultivo de espécies vegetais fitoestabilizadores e fitoextratoras de metais pesados: Girassol (*Helianthus annuus L.*), família das *Compositae*, variedade *Rumbosol 91*; e Álamo Negro (*Populus nigra*), família das *Salicaceae.*, incluindo material e mão de obra, na forma de empreitada por preço global, conforme discriminado no Termo de Referência, Projeto Técnico e Quantitativos fornecidos pela Prefeitura, conforme objeto do **Edital Tomada de Preços nº. 004/2019** e com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

1. O preço global da proposta financeira (mão-de-obra e materiais) é de R\$, sendo o valor de R\$materiais e de R\$ mão de obra.

*Anexar a Planilha de Proposta Financeira (discriminar mão de obra e materiais) e Cronograma Físico-Financeiro.

(data, assinatura do responsável técnico e carimbo do CNPJ da empresa)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

PLANILHA DE PROPOSTA FINANCEIRA

Implantação e manutenção das mudas Fitorremediadoras, com base no Projeto em anexo, em área degradada por disposição irregular de resíduos sólidos, com extensão territorial de aproximadamente 24.000,00 m², pelo período de 12 (doze) meses.			
Espaçamento 3,0m x 3,0 m = 1.111 mudas/hectare.			
ATIVIDADE	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1. Preparo do solo.	1.1 Subsolagem		
	1.2 Gradagem		
	1.3 Aplicação mudas		
	1.4 Marcação linhas do plantio		
2. Plantio das mudas. (coveamento, plantio).	2.1 Plantio das mudas		
	2.2 Tutoramento		
	2.3 Confeção de estacas		
	2.4 Estaqueamento / tutoramento		
	2.5 Controle pega		
3. Manutenção. (adubação, replante, formigas) capinas, controle	3.1 Operações de conferencia de cobertura.		
	3.2 Operações de capinas de coroamento		
	3.3 Operações de roçadas linhas		
	3.4 Operações roçadas tratorizadas entrelinhas		
	3.5 Controle de desenvolvimento		
	3.6 Replante das mudas mortas		
ATIVIDADE	ESPECIFICAÇÃO INSUMOS		
4. Insumos	5.5 Adubo químico (por muda) (100g após plantio + 200g manutenção)		
	4.2 Adubo orgânico (por muda) 1,0kg no plantio		
	4.3 Formicida Liquido(02 aplicações) 20 ml/hectare de Fipronil = 40ml		
	4.4 Formicida isca granulada 4kg/ano/hectare		
	4.5 Dessecante químico (2 aplicações) 1 aplicação 2lts/hectare + 1 aplicação 1lt/há =3,0lts		
	4.6 Combustível roçadeira costal (5 roçadas)		
	4.7 EPI's		



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

	4.8 Mudas Fitorremediadoras (1.111mudas/hectares)		
	4.9 Mudas replantio (30%)		
ATIVIDADE	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS		
5. Gestão do Projeto, assistência técnica e Educação Ambiental.	5.1 Coleta de amostras, envio para laboratório, análise e interpretação dos resultados.		
	5.2 Atividades de gestão		
	5.3 Reuniões		
	5.4 Acompanhamento dos plantios e monitoramento		
	5.5 Produção de relatórios semestrais		
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA FINANCEIRA			



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2019

ANEXO XII

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE INSTALAÇÕES,
APARELHAMENTO E PESSOAL
(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)**

A (nome da empresa), inscrita no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal que esta subscreve, o(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade n.º..... e do C.P.F. n.º, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que por ocasião da contratação, disporá das instalações, dos veículos, dos equipamentos e do pessoal adequado e suficiente para a realização do objeto da **Tomada de Preços nº 004/2019**.

DECLARA, ainda, que todos os materiais a serem utilizados são de primeira qualidade – “Classe A” – e estão de conformidade com as normas estabelecidas pela ABNT, com certificação pelo INMETRO ou Normas ISO

Local/Data

Assinatura do diretor ou responsável técnico
(Identificação da Assinatura e Carimbo do CNPJ)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2019

ANEXO XIII

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EXECUÇÃO DE PROJETO DE REMEDIAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA, INCLUINDO MATERIAL E MÃO-DE-OBRA, QUE FAZEM O MUNICÍPIO DE GLORINHA E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXX

Pelo presente instrumento particular, o MUNICÍPIO DE GLORINHA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 91.338.558/0001-37, com sede na Avenida Dr. Pompílio Gomes Sobrinho, 23.400, Centro de Glorinha, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. DARCI JOSÉ LIMA DA ROSA, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob nº XXXXXXXXXXXX, domiciliado e residente neste Município, a partir de agora denominado simplesmente de “CONTRATANTE” e a empresa, pessoa jurídica de direito privado, com sede e domicílio à, inscrita no CNPJ/MF sob nº, representada neste ato pelo seu Sócio-Gerente, o Sr., brasileiro,, domiciliado e residente do mesmo endereço acima citado, inscrito no CPF/MF sob o nº a partir de agora denominada simplesmente de “CONTRATADA”, ajustam entre si, nos termos do Processo Administrativo nº 2422/2019, este contrato de prestação de serviço, mediante as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

1 - O presente Contrato é a adjudicação ao Edital Tomada de Preços nº. 004/2019, para contratação de empresa especializada para execução de **Projeto de Remediação de Área Degradada** por disposição irregular de resíduos sólidos urbanos no antigo Aterro Municipal de Glorinha, mediante a utilização da técnica de fitorremediação, com o rodízio de cultivo de espécies vegetais fitoestabilizadores e fitoextratoras de metais pesados: Girassol (*Helianthus annuus* L.), família das Compositae, variedade Rumbosol 91; e Álamo Negro (*Populus nigra*), família das Salicaceae., incluindo material e mão de obra, na forma de empreitada por preço global, conforme discriminado no Termo de Referência, Projeto Técnico e Quantitativos fornecidos pela Prefeitura, e proposta financeira e cronograma físico-financeiro anexos ao presente contrato.

1.1 – O objeto será realizado no Beco dos Castorinos, xxxxxx.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

2 - A Contratada se compromete a iniciar a execução dos serviços em até 10 (dez) dias após o recebimento da Ordem de Início dos Serviços, e a concluí-lo em até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado.

2.1 – O prazo de vigência do presente contrato é de até 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3 – Os recursos decorrentes deste instrumento são oriundos do Orçamento vigente, sob a seguinte classificação:

13.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

13.02 - UNIDADE DE MEIO AMBIENTE

1854100055.2.178.4490.51.00.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES

DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

4 - O preço global do presente contrato é de R\$ (), sendo R\$ () de material e R\$ () e mão-de-obra.

4.1 A Contratada deverá, até o 5º dia útil, da expedição do Boletim de Medição, emitir e apresentar à Contratante a Nota Fiscal/Fatura, da qual constem discriminadamente, por itens e detalhes, todos os serviços executados de acordo com o cronograma físico-financeiro e conforme o respectivo Boletim de Medição expedido pela fiscalização Técnica da Prefeitura;

4.2 O pagamento será efetuado por meio depósito bancário, com base na aprovação dos Boletins de Medições emitido pelo fiscal, mediante a apresentação das CNDs de: Certidão de Regularidade de Pessoa Jurídica do FGTS; Certidão de Regularidade da Fazenda Municipal do Município da proponente; Certidão de Regularidade da Fazenda Estadual; Certidão de Regularidade Conjunta de Débitos relativa aos tributos Federais, Regularidade Social e à Dívida Ativa da União; Certidão de Regularidade de débitos trabalhistas junto ao Tribunal Superior do Trabalho (CNDT);

“DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS”

AV. DR. POMPÍLIO GOMES SOBRINHO, 23.400 – CENTRO – CEP: 94380-000 – FONE: 0XX (51) 3487-1020

E-mail: prefeitura@glorinha.rs.gov.br



4.2.1 A comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, se dará pela apresentação de cópia da folha de pagamento com comprovação de pagamento do salário, bem como cópia do registro de ponto de todos os envolvidos diretamente na execução da obra, referente ao mês imediatamente anterior da realização do serviço;

4.2.2 A comprovação previdenciária, social e tributária referente ao Contrato, se dará através da apresentação de cópias das guias de recolhimento do INSS e do FGTS do pessoal envolvido diretamente na execução da obra, referente ao mês imediatamente anterior ao da realização do serviço.

4.3 Cópia da ART/RRT/RT do(s) responsável(eis) técnico(s) pela execução da obra (apenas na 1ª. medição);

4.4 A Empresa vencedora deverá informar uma conta bancária única para o recebimento dos pagamentos, sendo que qualquer alteração deverá ser informada à Secretaria Municipal da Fazenda da Prefeitura Municipal de Glorinha no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

4.5 Os pagamentos serão concretizados na moeda vigente no País, sendo processadas as retenções necessárias.

DAS GARANTIAS CONTRATUAIS

5 – A contratada deverá prestar uma das garantias previstas no Artigo 56, Parágrafo 1º da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, a saber:

I - Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

II - Seguro garantia;

III - Fiança bancária.

5.1.1 - As garantias oferecidas serão de **5% (cinco por cento) do valor do Contrato**, devendo a Contratada prestar a garantia no prazo de 05 (cinco) dias após a assinatura do Contrato, o qual deverá apresentar comprovante de uma das modalidades;

5.1.1.1 - O município reserva-se o direito de não emitir a Ordem de Início dos Serviços enquanto a licitante vencedora não prestar a garantia, conforme item 5.1;

5.2) - No caso de caução em dinheiro:

I - O valor depositado em caução será administrado pela Contratante e devolvido a Contratada, de acordo com a cláusula de atualização monetária;

I.1 – A Caução deverá ser em depósito identificado em conta específica da PMG mantida no BANRISUL, AGÊNCIA: 1160, CONTA CORRENTE: 04131065-06 NOME: PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA-RS – ARRECAÇÃO Identificador 1: CNPJ DA LICITANTE e, Identificador 2: NOME DA LICITANTE;

II - A Contratante utilizará, a qualquer tempo, no todo ou em parte, o valor da garantia para cobrir os prejuízos eventualmente apurados, decorrentes do descumprimento de qualquer obrigação contratual, ou falha dos serviços ora contratados, inclusive os motivados por greves ou atos dolosos de seus empregados;

III - O valor atualizado da garantia deverá ser integralizado, num prazo de 30 (trinta) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores.

5.3- No caso de seguro garantia:

I - A Contratante deverá ser indicada como beneficiário do seguro-garantia;

II - Obriga-se a Contratada a apresentar a nova apólice, até 05 (cinco) dias úteis após o vencimento;

III - O descumprimento das obrigações previstas nos itens “I” e “II” constitui motivo para rescisão do contrato.

5.4 - No caso de fiança bancária:

5.4.1 - Deverão constar, do instrumento de fiança bancária, os seguintes requisitos:

I - Prazo de validade correspondente ao período de vigência do contrato;

II - Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário e principal pagador, fará o pagamento, a Contratante, dos prejuízos por este sofridos, em razão do descumprimento das obrigações da Contratada, independentemente de interpelação judicial;

III - Expressa renúncia do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos artigos 827, 828 e 838 do Código Civil.

IV - Cláusula que assegure a atualização do valor afiançado.

5.5 - A garantia será liberada após o perfeito cumprimento de contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do Termo de Recebimento Definitivo do Objeto;

5.6 - A perda da garantia em favor da Prefeitura Municipal de Glorinha por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial e sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, mediante o devido processo legal.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

DA FISCALIZAÇÃO

7 - A fiscalização do serviço será executada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, através do servidor Rodrigo Beck Saldanha - Engenheiro Ambiental, como titular e da Priscila Kiscporski - Bióloga como suplente.

7.1 A Administração exercerá ampla e contínua fiscalização, visando à execução da boa técnica o objeto, à proteção dos usuários dos serviços, sugerindo as providências para sanar possíveis lacunas ou falhas nos serviços executados, informando as sugestões ao CONTRATADO.

7.2 Comete, ainda à Fiscalização:

- a) Exigir fiel cumprimento do Contrato e seus aditivos pelo(a) CONTRATADO(A);
- b) solicitar o assessoramento técnico, caso necessário;
- c) Verificar e atestar as medições e encaminhá-las para aprovação da SMMAIC;
- d) Zelar pela fiel execução do objeto e pleno atendimento às especificações explícitas ou implícitas;
- e) Controlar a qualidade e quantidade dos materiais utilizados e dos serviços executados, rejeitando aqueles julgados não satisfatórios;
- f) Assistir o(a) CONTRATADO(A) na escolha dos métodos executivos mais adequados;
- g) Exigir do(a) CONTRATADO(A) a modificação de técnicas inadequadas, para melhor qualidade na execução do objeto licitado;
- h) Rever, quando necessário, o projeto e as especificações técnicas, adaptando-as a condições específicas;
- i) Dirimir as eventuais omissões e discrepâncias dos desenhos e especificações;
- j) Anotar em expediente próprio as irregularidades encontradas, as providências que determinou os incidentes verificados e o resultado dessas medidas;
- k) Estabelecer diretrizes, dar e receber informações sobre a execução do Contrato;
- l) Determinar a paralisação da execução do Contrato quando, objetivamente, constatada uma irregularidade que precisa ser sanada, agindo com firmeza e prontidão;
- m) Conhecer detalhadamente o Contrato e as cláusulas nele estabelecidas;
- n) Levar ao conhecimento dos seus superiores aquilo que ultrapassar às suas possibilidades de correção.
- o) Indicar ao gestor que efetue glosas de medição por serviço mal executado ou não executados e sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento das obrigações;
- p) Confirmar a medição/parcela dos serviços efetivamente realizados, dos cronogramas de execução do objeto contratado.

DAS RESPONSABILIDADES

8 - A Contratada declara ter pleno conhecimento do local onde se executará o objeto do Contrato, e de suas condições, pelo que reconhece ser perfeitamente viável o cumprimento integral e pontual das obrigações assumidas.

8.1 - A Contratada se obriga:

- I - I - a substituir, no prazo máximo de 03 (três) dias, pessoa ou empregado cuja permanência no local da execução do objeto da licitação seja de sua responsabilidade e esteja prejudicando o bom andamento dos trabalhos;
- II - a refazer às suas expensas, quaisquer obras e serviços executados em desobediência às Normas Técnicas vigentes;
- III - remover, após a conclusão dos trabalhos, entulhos, restos de materiais e lixo de qualquer natureza, provenientes da obra ou serviço objeto da presente licitação;
- IV - a cumprir e fazer cumprir todas as Normas Regulamentadoras sobre Medicina e Segurança do Trabalho;
- V - apresentar a ART/RRT/RT paga referente a execução do serviço;
- VI - promover a sinalização obrigatória, bem como o isolamento no local da obra;
- VII - colocar no local de execução da obra, placa indicativa de serviço, onde terá os dados da mesma;
- VIII - manter preposto no local do serviço, para prover o que disser respeito à regular execução dos serviços;
- IX - atender as determinações e exigências formuladas pela CONTRATANTE;

“DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS”



X - se responsabilizar, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços, até a sua entrega perfeitamente concluída;

XI - obedecer às normas trabalhistas vigentes, contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que concerne à despesa da contratação com vínculo empregatício do pessoal a ser empregado na execução dos serviços, englobando todas e quaisquer despesas decorrentes da execução dos contratos de trabalho em razão de horário, condição ou demais peculiaridades;

XII - prevenir acidentes de quaisquer natureza com as máquinas, equipamentos, aparelhagem e empregados, seus ou de terceiros, na execução dos serviços ou em decorrência deles, devendo a CONTRATADA obedecer fielmente as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho.

XIII - apresentar no prazo de até 01 (um) dia útil anterior ao início da execução dos serviços, relação contendo o nome completo, função e número do RG, do pessoal envolvido na execução do serviço, devendo manter a listagem permanentemente atualizada, até a conclusão total do serviço.

XIV - manter constante e permanentemente vigilância sobre os serviços executados, bem como sobre os equipamentos e materiais, cabendo-lhe total responsabilidade por quaisquer perdas e danos, que eventualmente venham a ocorrer até a Aceitação Definitiva do Objeto.

DAS PENALIDADES

9 - A recusa injusta da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Prefeitura caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades constantes neste Contrato.

9.1 - Será aplicada multa de 0,15% (zero vírgula quinze por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor do objeto contratual não realizado, quando a contratada, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida.

9.2 - A multa a que alude o item anterior não impede que a Prefeitura rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas neste Contrato.

9.3 - A multa será cobrada administrativamente ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

9.4 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, a administração municipal poderá garantir prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa, na forma prevista neste instrumento;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o órgão ou entidade promotora da licitação, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.5 - A sanção estabelecida no inciso IV do subitem 9.4 é da alçada da autoridade competente, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.

9.6 - Será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, quando a contratada:

I - Recusar-se a assinar o contrato, estando sua proposta dentro do prazo de validade;

II - Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévia autorização da Contratante;

III - Executar o objeto contratual em desacordo com as normas técnicas ou especificações, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias, às suas expensas;

IV - Desatender às determinações da fiscalização;

V - Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais ou municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração;

VI - Cometer faltas reiteradas na execução do objeto contratual.

9.7 - Será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, quando a Contratada:

I - Ocasionar, sem justa causa, atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto contratual;

II - Recusar-se a executar, sem justa causa, no todo ou em parte o objeto contratual;

III - Praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar dano à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada de reparar os danos causados.

9.8 - As sanções previstas nos incisos III e IV do subitem 9.6 poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pela Lei nº. 8666/93:

I - Praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - Praticarem atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.



DAS MEDIÇÕES

10 - As medições das obras e serviços estarão vinculadas ao cronograma físico-financeiro.

10.1 - A cada alteração contratual, por acréscimo ou diminuição do objeto, valor ou prazo do contrato, será acordado novo cronograma para serviços a se realizarem, com prevalência do interesse da Prefeitura Municipal de Glorinha.

10.2 - A programação financeira será sistematicamente atualizada e será passível de reformulação quando fatores supervenientes o justificarem a exclusivo critério da Prefeitura Municipal de Glorinha, estabelecendo-se, desta forma, nova programação para efeito de pagamento das medições dos serviços.

10.3 - As medições serão processadas independentemente de solicitação da contratada, com a seguinte periodicidade:

I - A primeira será realizada em até 30 (trinta) dias contados do recebimento da Ordem de Início de Serviços.

II - As subseqüentes, suceder-se-ão a cada período de 30 (trinta) dias, a partir da data do término da medição anterior, exceto a medição final, que poderá abranger menor período, por se tratar da última fase da execução do objeto do contrato.

10.4 - O processo das medições obedecerá a seguinte sistemática:

I - Tudo que for realizado, sob as condições contratuais, será apontado de acordo com os critérios de medição, em impresso próprio (Boletim de Medição) que deverá ser assinado pelo técnico da Prefeitura Municipal, juntamente com o preposto habilitado da Contratada.

II - Processada a medição será feita à Contratada a comunicação por escrito do valor apurado por meio de Boletim de Medição.

III - A contratada somente poderá emitir fatura após a emissão pela Contratante do respectivo Boletim de Medição.

10.5 - Para obtenção do valor de cada medição será assim procedido:

I - Para os preços pertencentes à proposta e para os incorporados eventualmente no decurso do contrato:

a) multiplicam-se as quantidades medidas pelos respectivos preços unitários;

b) corresponderá ao valor da respectiva medição o somatório dos produtos finais obtidos nos termos da alínea anterior.

10.6 - Na medição final deverá ser anexado um cadastro técnico dos serviços realizados com todos os detalhes e especificações.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

11 - O Contrato poderá ser alterado nos seguintes casos:

11.1 - Unilateralmente, pela Contratante:

a) quando houver modificação do projeto para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei Federal nº. 8666/93 alterada pela Lei Federal nº 8.883/94.

11.2 - Por acordo das partes:

a) quando necessária à modificação do regime de execução ou modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial.

11.3 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras ou serviços.

11.4 - Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do contrato, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

11.5 - Em havendo alteração unilateral do contrato, que aumente os encargos da Contratada, a contratante deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico financeiro inicial.

DO REAJUSTAMENTO

12 - Os preços poderão ser reajustados após o decurso de prazo superior 12 (doze) meses entre a data da apresentação da proposta e a conclusão do contrato, será reajustado pelo IGPM/FGV acumulado no período.

DA RESCISÃO

13 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei. Constituem motivos para rescisão do contrato:

I - O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações técnicas, ou prazos;

II - O atraso injustificado no início dos serviços;

III - A paralisação da obra sem justa causa e prévia comunicação à Contratante;

IV - O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

fiscalizar o seu cumprimento, assim como as de seus superiores;

V - A decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil da empresa licitante ou de seus sócios-diretores;

VI - A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

VII - A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da Contratante, prejudique a execução do contrato;

VIII - O protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência da contratada;

IX - Razões de interesse do serviço público;

X - A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva de execução do contrato.

DO RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

14 - Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

I - provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, dentro de 15 (quinze) dias da comunicação escrita da Contratada;

II - definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou de vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

14.1 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços, nem a ética profissional pela perfeita execução do contrato.

14.2 - O prazo a que se refere o item II, do item 14, não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

14.3 - Salvo disposições em contrário, os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para boa execução do objeto do contrato, correm por conta da Contratada.

14.4 - A Contratante rejeitará, no todo ou em parte, obra ou serviço, se em desacordo com o contrato, a qual deverá ser refeita sem custos à Contratante.

DO FORO

15 – O Foro da Comarca de Gravataí será o competente para quaisquer ações deste instrumento.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16 – Os casos omissos serão esclarecidos com a aplicação das disposições da Lei Federal de nº 8.666/93, com suas alterações posteriores no que couber.

16.1 – Este contrato entra em vigência nesta data.

E assim, por estarem justos e acordados, firmam o presente Contrato em duas (02) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Glorinha, xx de xxxxx de 2019.

Darci José Lima da Rosa
Prefeito Municipal

Contratada

Fiscais do Contrato:

Testemunhas:
